

OS AGENTES SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DE ALTAMIRA/PA

Marcília Regina Gama NEGRÃO

Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFGA,
docente da Universidade da Amazônia/UNAMA, negraomarcilia@gmail.com.

Lucas Souto Cândido

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, FAU/UFGA, bolsista do Laboratório Cidades
na Amazônia/LABCAM, candido74@hotmail.com.

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar os agentes sociais produtores do espaço urbano na Amazônia, assim como identificar a estrutura resultante dessas ações. Observou-se que até a metade do século XX, as estratégias de ocupação do território não implicaram em mudanças socioespaciais significativas e o espaço configurava-se a partir de regras próprias que mesclavam o interesse da elite local ao modo de vida da população. Após este período, o governo federal passou a ser o agente principal na definição de estratégias de intervenção no território amazônico, pautando a produção do espaço urbano na fronteira amazônica pela demanda do capital internacional, materializado pela financeirização da economia.

Elegemos como estudo de caso a cidade Altamira, que teve seu espaço urbano modificado em função dos “Grandes Projetos” e que atualmente passa por novas modificações decorrentes das ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, observou-se em Altamira um novo ciclo de expansão urbana, com crescente participação do setor privado, seja através da implantação de loteamentos e condomínios, ou de conjuntos habitacionais de baixa renda. Este padrão de expansão transpõe para a cidade a generalização de processos de alto impacto social e ambiental no espaço urbano, e de grande tolerância e passividade diante dos fenômenos de concentração fundiária, transformação intensiva do ambiente natural, urbanização em grande escala, homogeneização da paisagem e esgarçamento do tecido urbano.

Introdução

De acordo com Corrêa (1994), o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo identificar os agentes sociais produtores do espaço urbano na Amazônia, assim como identificar a forma resultante dessas ações.

O artigo foi estruturado em três partes: a primeira faz uma breve revisão dos conceitos relativos à produção do espaço urbano e o papel dos agentes sociais na construção da cidade capitalista. A segunda contextualiza o processo de urbanização na Amazônia com ênfase na mudança ocorrida na organização do espaço a partir das estratégias do governo federal na segunda metade do século XX, o que resultou na introdução de novos agentes no território e na modificação do espaço urbano. Na terceira parte apresentamos como estudo de caso a cidade de Altamira que, desde 2011, com o início das obras da Hidrelétrica de Belo Monte, vivencia um segundo processo de expansão urbana, com processos similares àqueles vividos por ocasião dos projetos do Estado desenvolvimentista.

Por fim, concluímos que a vinculação da produção do espaço urbano na Amazônia às escalas de capital global inseriu na região novos agentes que carregaram consigo um ritmo e intensidade de transformações discordantes da realidade local, potencializando problemas sociais e ambientais.

1. A Produção do Espaço Urbano

De acordo com Corrêa (1999, p. 10), a ação dos agentes produtores do espaço urbano é complexa e deriva da dinâmica de acumulação do capital, na medida em que a produção do espaço passou a ser um elemento estratégico, seja pela mercantilização da terra, seja por seu parcelamento, ou como vem ocorrendo mais recentemente, por sua crescente inclusão nos circuitos de valorização do capital financeiro (Botelho, 2007).

Corrêa (1999, p.6) observou que o espaço urbano resultante dessa dinâmica apresenta-se simultaneamente: 1) fragmentado e articulado, cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, manifestas no fluxo material (de pessoas e cargas) e na circulação e investimentos do capital ainda que com intensidade muito variável; 2) reflexo da ação da sociedade realizada tanto no presente como também daquelas que se realizaram no passado. O espaço da cidade capitalista é profundamente desigual e por ser reflexo da sociedade o espaço urbano também é mutável, com ritmos e natureza diferenciados e por fim; 3) o espaço também é condicionante da sociedade. O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção.

Para fins de compreensão da dinâmica urbana, é preciso, antes de tudo, tomar os agentes sociais na produção do espaço urbano como referência de análise, uma vez que seus interesses e suas escalas de ação determinam processos que, materializados no espaço, definem e redefinem a configuração da cidade. Para Corrêa (1999) os agentes produtores do espaço urbano são: os proprietários do meio de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. De um modo geral, Corrêa (1999) observa que a ação dos agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles, no entanto, este marco não seria neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, além dos interesses em comuns que resulta na integração daqueles que detém o capital. Por fim, as estratégias utilizadas por esses agentes variam no tempo e no espaço, e esta variabilidade decorre tanto de causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao movimento geral de acumulação capitalista e dos conflitos de classe.

Nesse contexto, Bourdieu (1997) observa que não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais. Para o autor, a posse do capital proporciona poder sobre o espaço, sob suas diferentes espécies, influenciando diretamente na distribuição de bens e serviços e também na distribuição

de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados e dotados de oportunidades para a apropriação destes.

2. O papel dos agentes sociais no processo de urbanização da Amazônia.

Até a segunda metade do século XX as formas de acesso a terra na Amazônia não estavam subordinadas a condições fundiárias, relações sociais e regras de propriedade historicamente cristalizadas; nesse contexto, predominavam as necessidades, objetivos e concepções dos próprios ocupantes. Portanto, a terra não tinha sentido de propriedade privada, servindo a produção familiar e coletiva (Musumeci, 1988).

Inicialmente, as estratégias de ocupação do território não implicaram em mudanças socioespaciais significativas (Vicentini, 2004), uma vez que o agente colonizador, no caso os portugueses, não foi motivado por um impulso povoador, que geraria uma sociedade agrícola e sedentária, mas sim de coleta de produtos da floresta e preação (Weinstein, 1993). Esse sistema desempenhou um importante papel na organização do espaço de uma rede proto-urbana em formato dendrítico (Corrêa, 1997).

Seguindo o plano urbanístico definido para as colônias portuguesas no período Pombalino (Daou, 2004), observa-se que as cidades seguiam um padrão de organização do centro próximo ao rio, onde se localizavam as construções mais expressivas como a prefeitura e a igreja. Na periferia, as ruas e edificações tornavam-se mais simples e dispersas e a cidade normalmente era limitada por cursos d'água (Cardoso et al. 2006, p.57).

Na virada do século XX, a exploração de borracha na Amazônia já servia ao mercado internacional para a produção de produtos manufaturados, contudo, o investimento no setor produtivo limitava-se a abertura dos trechos para exploração, à compra de ferramentas rudimentares e à construção de barracões. Ao contrário do que ocorria com as economias agrícolas do Brasil, a propriedade fundiária não entrava na equação, uma vez que, dada a abundância de terras, não havia preocupação em adquiri-la através de registros e demarcações. Nesse período, prevaleciam os interesses da elite local, representada por: donos de embarcações, latifundiários, empresários urbanos, grupos inter-relacionados por laços matrimoniais e socioeconômicos (Browder et al., 2006, p.80).

Naquele período, as metrópoles (Manaus e Belém), que detinham status de cidade primaz, contaram com um refinamento urbanístico e concentravam a vida econômica, política e cultural. Por outro lado, as cidades de menor porte ou de segundo escalão (Corrêa, 2011, p.206) não se configuravam como espaço de produção, mas de troca dos produtos extraídos da zona rural e da floresta. Cada cidade, por menor que fosse, era um ponto de apoio para uma extensão do território rural, no que se refere a assuntos administrativos e uma esperança de acesso à educação e saúde (Cardoso et al., 2006, p.58).

Nesse sistema, o espaço amazônico foi organizado a partir da combinação de regras próprias que se baseavam na dinâmica de produção mercantil existente na região, que por vez era associada ao atraso pelo Estado. A partir da segunda metade do século XX, o governo federal passou a ser o principal agente na definição de instrumentos de planejamentos oficiais produzidos para a gestão das diferenças regionais¹ que se caracterizaram pela centralização de decisões e ações e desconhecimento das circunstâncias distintas experimentadas pelas grandes regiões do país. O governo federal apostou na introdução de atores e práticas exógenas alinhadas com o paradigma do capital, altamente dependentes de capital externo e do financiamento privado.

Em relação à produção do espaço, Becker (1990, p.17-18) afirma que o Estado criou condições² para a apropriação privada das terras devolutas que foram distribuídas de duas formas: 1) entre agentes pertencentes às diversas frações do capital,

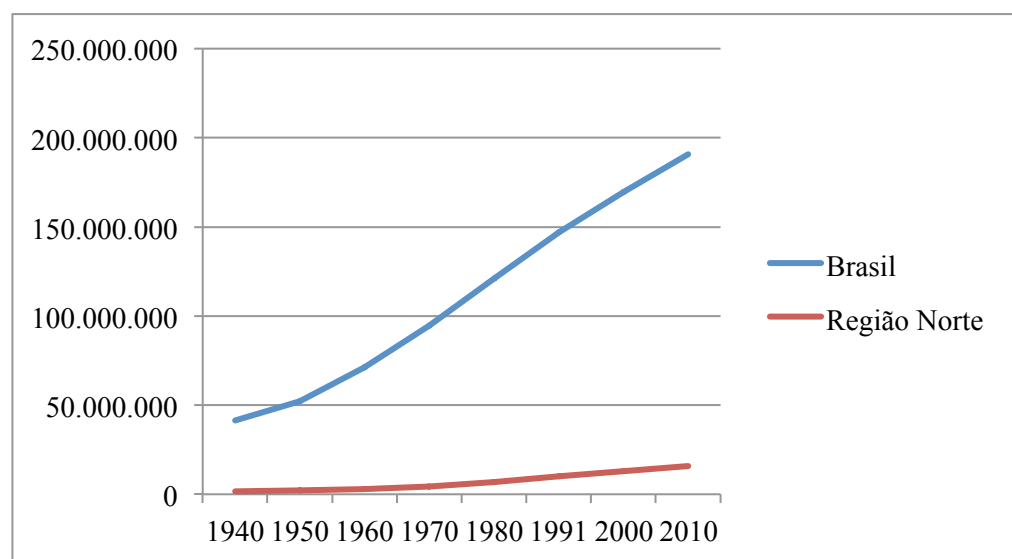
¹ No intuito de enfrentar os problemas decorrentes de uma industrialização dependente de capital intensivo, do aumento vertiginoso da participação do Estado na economia, da estagnação do setor agrícola e da baixa capacidade da absorção de mão-de-obra disponível, foram lançados o Plano Trienal, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), o Programa Estratégico de Desenvolvimento, o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I e II PND), que geraram programas federais tais como o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA, o Programa Grande Carajás, entre outros, orientadores das ações protagonizadas pelo governo federal na região Amazônica (abertura de estradas, assentamentos rurais, frentes de mineração e produção de energia). Ver FERREIRA E PINTO, (2006).

² No final de década de 60, a SUDAM elevou de 50% para 100% a isenção de impostos para investimentos na região. Pela primeira vez, o crédito subsidiado foi concedido para aquisição de terras em escala substancial. Os generosos termos concedidos aos investidores privados na Amazônia deram origem a um aumento dramático do número de projetos pecuários aprovados pela SUDAM, criando precedentes sociais e ambientais (HALL, 1989:26), e abriram definitivamente a fronteira aos agentes do desenvolvimentismo, a revelia do que significaria a floresta em pé (ou a preservação do bioma) e suas populações tradicionais na perspectiva planetária.

dentre estes: a) o capital comercial especulativo que se apropriou de grandes porções do território, constituindo o grupo dos latifundiários; b) os fazendeiros individuais, geralmente pecuaristas por tradição; c) os colonos e pequenos produtores agrícolas capitalizados; e 2) pela apropriação direta do Estado, com objetivo de: a) realizar a distribuição social da terra; b) criar territórios para sua operacionalização direta em áreas de conflito de terra; c) promover a gestão associada à empresa privada para a exploração econômica do grande capital, que se caracteriza como a forma mais recente de atuação na fronteira.

Além da distribuição das terras, o surgimento de novas atividades ampliou o mercado de trabalho, assim como, criou possibilidades de trabalho autônomo (Castro, 2009, p.22), resultando em um intenso fluxo migratório para a região, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Crescimento populacional regional e nacional



Fonte: IBGE, vários anos. Elaboração: autor.

As consequências destas estratégias na organização socioespacial das cidades amazônicas são diversas. Becker (1990, p.132) observou que esse processo foi associado ao crescimento das forças produtivas, e seria através da mediação entre os núcleos urbanos que o Estado realizaria a gestão e a produção do espaço global. Todavia, a ênfase dada em atividades agrárias deixou em segundo plano qualquer detalhamento de como seria a formação do espaço urbano no decorrer desse processo, embora no início dos anos 1970 algumas concepções tenham sido desenvolvidas no âmbito do INCRA (Camargo, 1973) e do SERFHAU (MINTER/SERFHAU, 1972), sem

que tenha havido condições (tempo e recursos) para sua implementação, haja vista a eclosão da Crise do Petróleo.

A organização territorial anterior, assim como, os interesses dos agentes locais, foram sublimadas pela magnitude das intervenções em logística e produção e escala de capital introduzida na região. Apenas os núcleos que detinham alguma centralidade ou proximidade com as intervenções federais receberam investimentos de modo a serem articulados ao modal rodoviário. Essa superposição tornou tais núcleos palcos de conflitos entre diferentes modos de vida, ritmos de ação e dinâmicas econômicas (Vicentini, 2004), associados a processos de estagnação econômica e fragmentação urbana, quando observados sob a perspectiva desenvolvimentista. Tais conflitos também expressaram insuficiência de regulação urbanística na gestão da transição de transformações espaciais responsáveis pela rápida alteração da identidade local, dada à homogeneização das formas urbanas decorrente da recodificação dos hábitos e dos valores locais e adição, sobreposição e metamorfose de tipologias.

Esse quadro foi agravado na medida em que o espaço urbano na fronteira amazônica foi progressivamente pautado pela demanda do capital internacional, materializado pela financeirização da economia. Nessa nova roupagem, o capital tornou-se ainda menos dependente das estruturas físicas, problema este que se aguça com a progressiva desarticulação entre os fluxos e estruturas espaciais necessários à conexão das novas manifestações do capital (ex: enclaves do espaço de produção, condomínios fechados, fazendas equipadas com equipamento de telecomunicações de última geração).

3. A estruturação do espaço urbano na cidade de Altamira.

O município de Altamira se encontra localizado no Oeste do Estado do Pará (ver imagem 1), com uma população estimada em 106.768 habitantes (IBGE, 2014), e destaca-se por ser o maior município em extensão territorial do Brasil. A sede fica às margens do rio Xingu e é cortada por três igarapés: Ambé, Panelas e Altamira (ver imagem 2).

Figura 1 – Localização de Altamira



Fonte: <http://www.altamira.pa.cnm.org.br>. Acesso em 06/12/2014.

Figura 2 – Manchas de alagamento



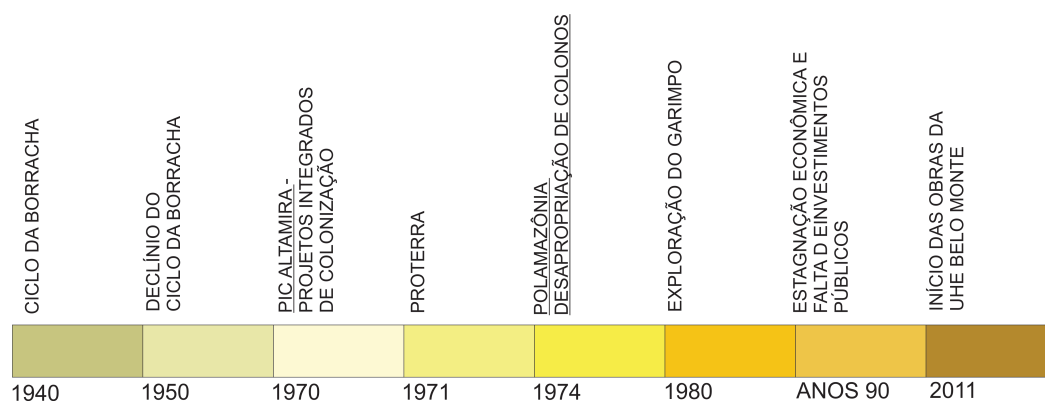
Fonte: Technum, 2010. Elaboração: autores.

A cidade é de porte médio, sendo considerada como um importante polarizador da região sul do estado. De acordo com Regic (IBGE, 2007), a cidade

enquadra-se como Centro Sub-regional B3 e possui como região de influência os seguintes municípios: Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.

Em Altamira, a produção do espaço urbano, assim como, a influência de seus agentes pode ser compreendida dentro do contexto do processo de urbanização da Amazônia, conforme demonstrado na régua do tempo abaixo:

Figura 3 – Régua do tempo



Fonte: Technum, 2010. Elaboração: autores.

Nesse contexto, podemos subdividir o processo de produção do espaço urbano de Altamira em três períodos:

3.1 - Do processo de ocupação à década de 70.

A origem do município de Altamira possui relação com a presença dos jesuítas que lá permaneceram até 1750. Após vencerem a volta do grande do Xingu, os missionários fundaram uma missão religiosa na margem esquerda do rio Xingu, acima da foz do igarapé Pannels, com objetivo de catequizar os índios (Technum, 2010).

³ Centro Sub-regional B: cidades onde se manifestam atividades de gestão menos complexas e níveis intermediários de gestão territorial, de área de atuação e de relacionamentos externos mais reduzidos (Regic, 2007).

Durante este período, as dificuldades de locomoção encontradas em virtude da floresta densa e das cachoeiras e corredeira presentes no rio Xingu levaram à construção de uma estrada primitiva, ligando a missão à localidade de Cachoeirinha. No entanto, com a ascensão ao poder em Portugal do Marquês de Pombal no século XVIII, as obras anteriormente realizadas na Amazônia pelos jesuítas foram irremediavelmente perdidas (Technum, 2010).

A reconstrução da estrada que viabilizaria a penetração nos rios Iriri e Fresco foi retomada em meados do século XIX pelos Capuchos da Piedade, realizada por escravos e índios, que ligou o baixo ao médio Xingu (atual São Félix do Xingu) e que propiciou afluentes a montante do rio Xingu, visando a exploração da borracha.

A abundância de seringais nativos na região do Xingu fortaleceu sua função de entreposto comercial (Pará, 2013) e consolidou uma ocupação permanente inicialmente na foz do igarapé Pannels, alicerçada no sistema de aviamento, tendo como suporte uma rede de núcleos articulados pela circulação fluvial que se manteve até a segunda metade do século XX. Durante este período, a ocupação da área urbana de Altamira desenvolveu-se às margens do rio, onde se localizou um centro político, religioso e comercial, dando origem ao primeiro bairro (Technum, 2010), atualmente o bairro Centro.

O traçado ortogonal fechado, assim como, a localização da praça e da Igreja Matriz remetem às características urbanísticas correspondentes ao Período Pombalino. O bairro desenvolveu-se durante o ciclo da borracha e nele foram construídos os prédios mais imponentes e importantes da elite local da época e autoridades políticas e religiosas.

A crise da borracha e a proibição do mercado de peles de animais levou o município a um processo de estagnação econômica e, por consequência, do crescimento urbano, que só foi retomado na década de 70, período em que o município foi alvo dos Grandes Projetos do Governo Militar.

3.2 - Dos grandes projetos a estagnação econômica.

Altamira entra no hall dos “Grandes Projetos” na década de 70, com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN), que tinha como objetivo a ocupação territorial e a exploração de recursos naturais (Alonso e Castro, 2006).

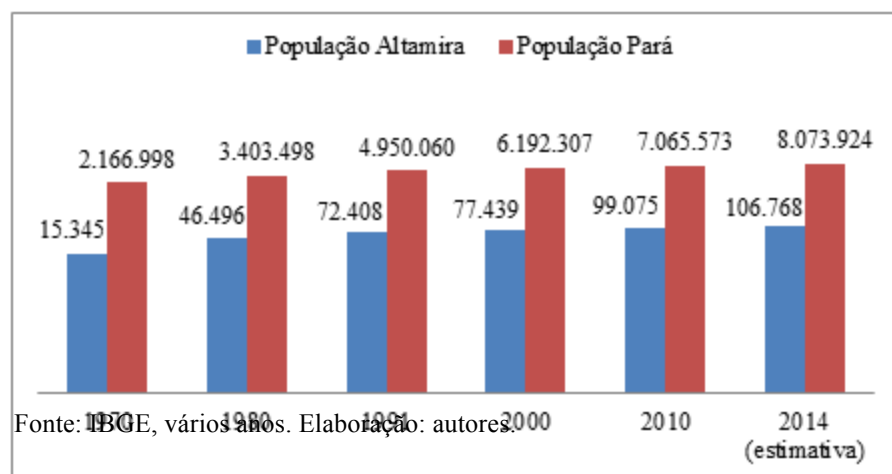
A estratégia do II PDN pautava-se em projetos como: a) O Plano de Integração Nacional (PIN), que resultou na construção da BR 230; b) Os Projetos Integrados de Colonização⁴ (PIC's) ao longo da rodovia Transamazônica, que desapropriaram uma parte do território para construção de agrovilas, agrópolis, rurópolis; c) o Programa de Redistribuição de Terra – PROTERRA, com o propósito de facilitar a aquisição de terras, melhorar as condições de trabalho e igualmente promover a agroindústria no nordeste e na Amazônia; e d) o Polamazônia, que incentivou as atividades agropecuárias e reorientou o processo de ocupação desse território que passou a ter a empresa agrícola como centralidade. Com isso, Altamira tornou-se um dos 15 polos agropecuários e agrominerais projetados para o Estado do Pará (Hall, 1989).

Para a criação do polo agropecuário houve a necessidade de liberação de terras, o que resultou na expropriação de colonos assentados pelos projetos anteriores, contrariando os objetivos da colonização e proporcionando o deslocamento rural-urbano. Na segunda metade da década de 1980, localidades como a Ilha Fazenda e Ressaca passaram a atrair pessoas para as atividades de garimpo; quando esta atividade entrou em declínio, foi a cidade de Altamira que recebeu este contingente populacional. Altamira foi se delineando como uma estrutura de serviços e enquanto tal, ponto de apoio social, político e econômico regional (Technum, 2010).

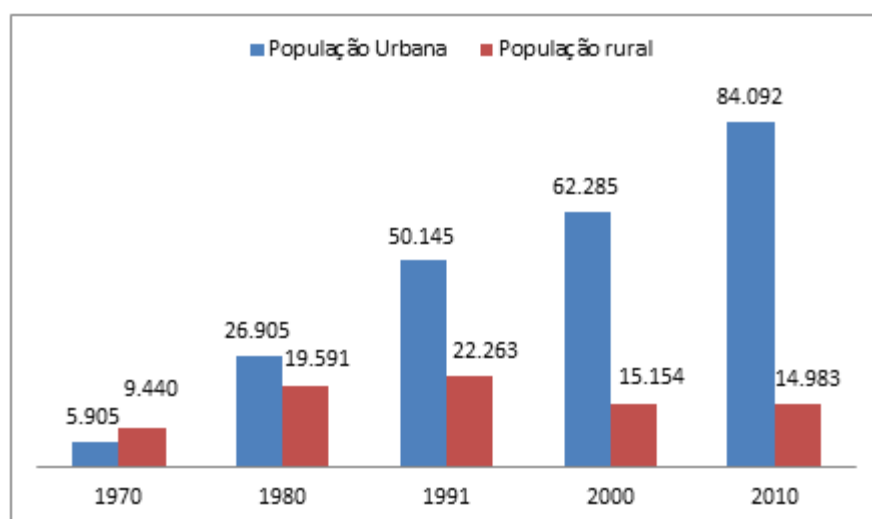
Em dados gerais, vemos a população total de Altamira aumentar de 15.345 habitantes em 1970, para 46.496 habitantes em 1980, passando de 0,70% a 1,36% da população total do estado do Pará (ver gráfico 2). Além disso, nota-se um vertiginoso crescimento também da população urbana (ver gráfico 3) (IBGE, vários anos).

Gráfico 2 – Crescimento populacional municipal e estadual.

⁴ As terras destinadas aos colonos foram divididas em lotes de 100 ha tanto na faixa marginal (500 m x 2.000 m), quanto ao longo das estradas vicinais (400 m x 2.500 m). O projeto previa, também, a construção, a cada cinco quilômetros, de uma estrada vicinal e de um travessão com duplo objetivo: penetração no interior do território para acesso aos lotes mais ao fundo e permitir o escoamento da produção agropecuária. Cerca de 6.300 famílias foram assentadas pelo projeto PIC – Altamira.



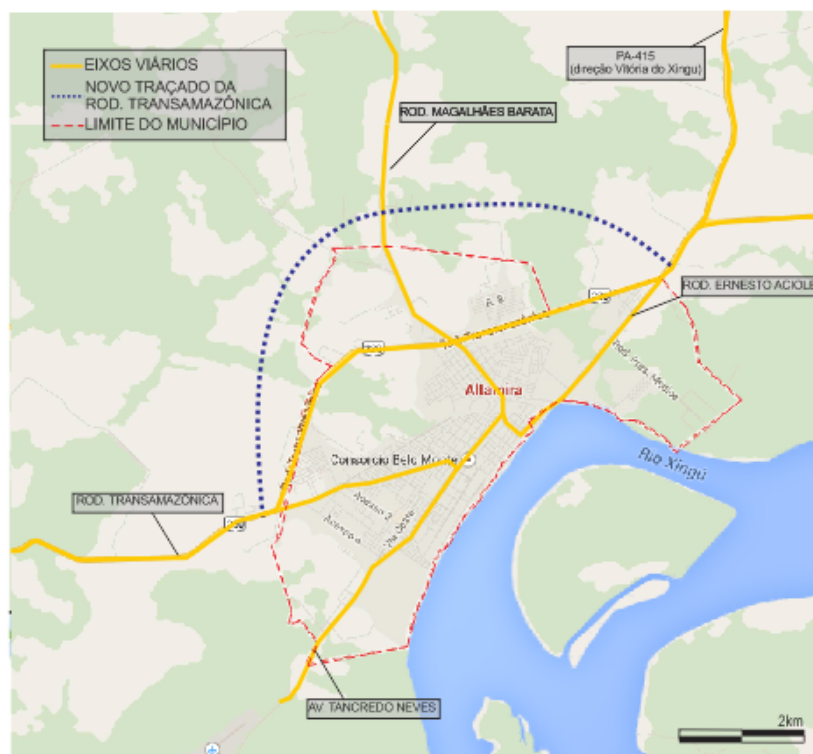
Fonte: IBGE, vários anos. Elaboração: autores.



Nos anos 90, por falta de investimentos públicos a cidade enfrentou um período de estagnação. Observa-se nesse período a consolidação do processo de ocupação da população de baixa renda nas margens do Igarapé Altamira e o início de um processo de periferização que se estende até o ano de 2002, assim como, a ocupação do restante da orla, com edificações de melhor padrão (Technum, 2010).

No período entre a década de 70 e o ano 2000 a cidade passou a crescer em torno dos quatro eixos viários: Rodovia Magalhães Barata, Rodovia Ernesto Acioly,

saída da cidade no sentido nordeste, para o trevo com a BR-230, constituindo novo traçado da PA-415 para Vitória do Xingu; a Avenida Perimetral, que encontra a BR-230; e a Estrada do Aeroporto (Avenida Tancredo Neves, sequência da Avenida Djalma Dutra).



A década de 1980, ainda marcada pelo incremento do contingente populacional de Altamira, em parte pela crescente atividade nos garimpos da região, em outra pela construção da UHE Tucuruí, deu continuidade à rápida e desigual expansão urbana. Enquanto que por um lado o Governo Federal, a fim de melhor aparelhar os órgãos federais e estaduais instalados na cidade, implantou uma sede do INCRA, Quartel do Exército, bancos diversos, além de infraestrutura por meio de obras de drenagem e pavimentação de ruas, a construção do cais na orla do Rio Xingu e novos terminais aero e rodoviários (Technum, 2010), por outro lado esbarrava nas posses de terra dos grandes latifundiários para prover assentamentos para a população migrante, que em 1971 se computava “(...) em média de 250 pessoas por dia, entre colonos,

funcionários das firmas que se instalaram na região, trabalhadores aventureiros, comerciantes e curiosos” (Technum, 2010, p.99).

O problema da oferta de lotes urbanos somente enfrentou uma tentativa de solução com a compra de terras, em parte pela Prefeitura de Altamira, em outra pelas imobiliárias locais – inserindo neste contexto o capital imobiliário - para a criação de loteamentos, atualmente os bairros Brasília, Liberdade, Jardim Iracema, São Sebastião, Jardim Altamira, Cooperfron I e II, Colinas, Esplanada do Xingu, Jardim Primavera e o Jardim dos Estados. Além desses loteamentos, foram criados em terras pertencentes à Prelazia do Xingu, os Loteamentos Aparecida I, II e III (LOTAP), materializando a ação da Igreja como produtora do espaço (Technum, 2010). Os bairros do SUDAM I e II surgiram como tentativa de sanar o déficit habitacional das famílias de funcionários públicos que chegavam continuamente, sendo o primeiro para uso habitacional e o segundo para o futuro distrito industrial (ibid 2010).



Entretanto, mesmo com o boom econômico que a cidade enfrentou durante grande parte da década de 80 e os esforços pontuais do governo em estruturar a rede de serviços e solucionar o problema habitacional, o fluxo migratório do período representou uma demanda excessiva para uma estrutura urbana incapaz de se ampliar na mesma proporção, contribuindo para a estruturação precária da malha urbana.

Quando do fim do regime militar e o rápido declínio das atividades nos garimpos da região em meados da década de 1980, Altamira ainda contava com uma rede urbana muito deficiente e dependente de centros urbanos de maior escala. Assim, enfrentou durante as próximas décadas a ausência de grandes investimentos públicos e fluxos migratórios consideráveis, consolidando sua malha urbana de forma mais gradual, porém ratificando o traçado desestruturado.

3.3 - Os novos grandes projetos e o capital imobiliário intensivo.

Quase meio século depois, novos projetos voltados para o desenvolvimento nacional, ainda sob a égide da exploração de recursos naturais, trouxeram à baila fenômenos semelhantes àqueles vivenciados na ocasião dos grandes projetos militares, acirrando processos de segregação sócio espacial e de degradação ambiental no espaço urbano amazônico.

Juntamente a este fenômeno, ocorre a inserção tardia da Amazônia no circuito de valorização do capital, inserindo na região um modelo extrínseco e divergente de estruturação das dinâmicas do espaço urbano que se sobrepõe a um modelo de ordenação ainda remanescente do período extrativista e das dinâmicas de base rural, desenhado através de uma política de desenvolvimento regional nacional que pretere as regiões menos desenvolvidas em função das mais avançadas.

Em outras palavras, a velocidade e intensidade desses fenômenos abriu portas para que a operação do grande capital favorecesse o valor de troca desse “novo urbano”, sobrepondo este valor ao valor de uso na dimensão da cidade que realiza o circuito superior ou a fronteira corporativa, ao ponto de restringir acessos a espaços públicos, serviços e condições de infraestrutura aos atores sociais que não puderem consumi-los.

Dentro deste contexto se insere o PAC que, dentre suas diretrizes, apresenta a geração de energia como um de seus principais esforços, sendo assim, a construção da UHE Belo Monte uma das principais obras do programa. Trata-se de um projeto com origem em 1975, quando se iniciaram os estudos para o aproveitamento energético da bacia do Xingu, mas que devido às diversas questões burocráticas se arrastou até os dias atuais, com o início das construções em fevereiro de 2011. Quando finalizada, será a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira, com capacidade de geração de

11.233,1KW, 5,5% da energia que o Brasil necessita atualmente, e com investimentos públicos na ordem dos R\$28,9 bi, em grande parte financiados pelo BNDES (Norte Energia, 2014). Entretanto, os altos custos da obra para gerar tamanha capacidade energética somente em épocas de cheias do rio, assim como os inúmeros impactos ambientais, polemizam as discussões acerca da real necessidade de Belo Monte.

a) *Impactos de Belo Monte sobre Altamira.*

Como já dito anteriormente, Altamira se constitui como a maior cidade da região e, em função disto, será a mais atingida pelos impactos de construção da usina. A construção da barragem principal de Belo Monte se localizará a 40 km rio abaixo da cidade, sendo 134 km² no Reservatório dos Canais e 382 km² no Reservatório do Xingu, que irá se localizar as margens da cidade e, por isto, Altamira localizará 51,9% do total de áreas inundadas. Do restante, 48% serão no município de Vitória do Xingu e apenas 0,01% em Brasil Novo (Brasil, 2009).

Em Altamira, as principais áreas atingidas se constituem como de ocupação historicamente irregular, com população de baixa renda que, atraída pela localização central e excluída das áreas de melhor infraestrutura devido aos preços da terra, se instalou nos leitos dos igarapés Altamira e Ambé, assim como na área ribeirinha da orla da cidade e em áreas próximas ao igarapé Panelas (ver tabela 1) (Brasil, 2009). Trata-se de áreas ambientalmente vulneráveis, que já sofrem com as cheias periódicas do Xingu, e se caracterizam pelos péssimos níveis sanitários.

Tabela 1 – População diretamente atingida pela usina

Localidade	População atingida	Outros impactos
Áreas próximas ao igarapé Altamira	7.667	348 estabelecimentos comerciais
Áreas próximas ao igarapé Ambé	7.240	233 serviços
Áreas próximas ao igarapé Panelas	244	85 estabelecimentos industriais ou atividades extrativistas
Orla do Xingu	1.269	
Total	4.747 imóveis 4.632 famílias 16.420 pessoas	666 estabelecimentos econômicos

Fonte: Technum, 2010. Elaboração: autores.

Já na área rural diretamente atingida, com terras pertencentes aos três municípios do empreendimento (Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo), serão afetadas 2.822 pessoas que habitam 1.241 imóveis, tendo 40% destes até um quarto de suas áreas atingidas (Brasil, 2009). Trata-se de uma região onde 78% dos imóveis rurais apresentam algum tipo de produção rural (com destaque para a agricultura e cultura bovina) e onde 95% das terras são ocupadas por imóveis de pequeno porte (ibid, 2009), dando fortes indícios de uma possível migração rural-urbana, podendo agravar o déficit urbano de Altamira.

Além dos impactos sociais, o alagamento do Reservatório do Xingu irá afetar diretamente o desenho urbano de Altamira, pois a área atingida do igarapé Altamira irá se constituir como uma barreira física, separando da região central os bairros de Aparecida e Boa Esperança; já o bairro Alberto Soares ficará separado de todos os demais (Brasil, 2009). Além disso, ocorrerá a interrupção da Rodovia Transamazônica no cruzamento desta com o igarapé Ambé.

Outro impacto decorrente do represamento do rio é a transformação de áreas de rios em lagos nos trechos dos reservatórios, o que causará perdas irreversíveis na paisagem. Algumas praias utilizadas somente nos períodos de seca serão alagadas, causando não somente a perda de áreas de lazer, mas também colocando em risco a situação das famílias que dependem das atividades turísticas sazonais. Ademais, cerca de 100 km de extensão do rio Xingu terá sua vazão de água reduzida, impactando diretamente à fauna e flora amazônicas, além das dinâmicas das comunidades indígenas da região (ibid, 2009).

Em termos do crescimento populacional, é esperado um acréscimo de 96 mil pessoas na região durante os períodos de obra, sendo cerca de 18.700 funcionários envolvidos na construção da usina, além da criação de 23 mil empregos indiretos (Brasil, 2009). Ao final das obras, estes números devem cair para 3.400 empregos, sendo 700 diretos e 2.700 indiretos, com previsão de aumento populacional de 32 mil pessoas ao fim do empreendimento (ibid 2009), a maioria se instalando em Altamira.

Na tentativa de amenizar os impactos, a responsável pela construção da usina, a Norte Energia S.A, prevê a construção de 500 moradias em Altamira, além de outras 2.500 habitações em Vitória do Xingu para acomodação de seus funcionários. Afora isto, também esta planejada a construção de cinco novos bairros (Jatobá, São

Joaquim, Água Azul, Laranjeiras e Casa Nova) (ver imagem 7) para o reassentamento das populações atingidas pela criação do lago da represa. Estas ações fazem parte do Programa de Intervenção de Altamira, que visa melhorar a qualidade de moradia das populações que residem ao longo dos igarapés (BRASIL, 2009).

Figura 7 – Localização dos RUC's em Altamira.



Fonte: Norte Energia S.A. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/>

Em 2013, o primeiro destes bairros, o Residencial Jatobá, foi concluído (ver figura 7 e 8), abrigando famílias reassentadas das áreas alagáveis, além do escritório da Norte Energia (Norte Energia, 2014). Entretanto, assim como outros empreendimentos relacionados ao programa Minha Casa Minha Vida, a localização isolada dificulta o acesso, além de causar sérios danos ambientais derivados da construção (ver figura 9 e 10). Estes são pontos recorrentes na região e se agravam pela falta de resposta do setor público às demandas socioambientais, e pela falta de referência a respeito de qualidade ambiental e urbanidade da população.



Figura 8

Fonte: arquivo pessoal.

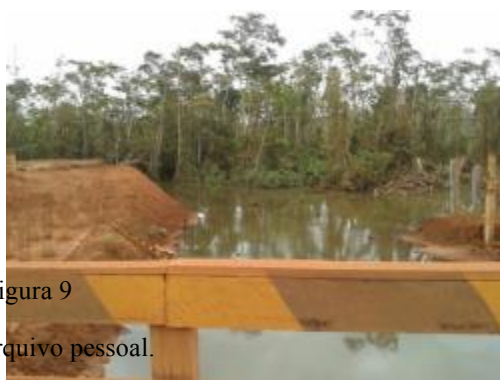


Figura 9

Fonte: arquivo pessoal.

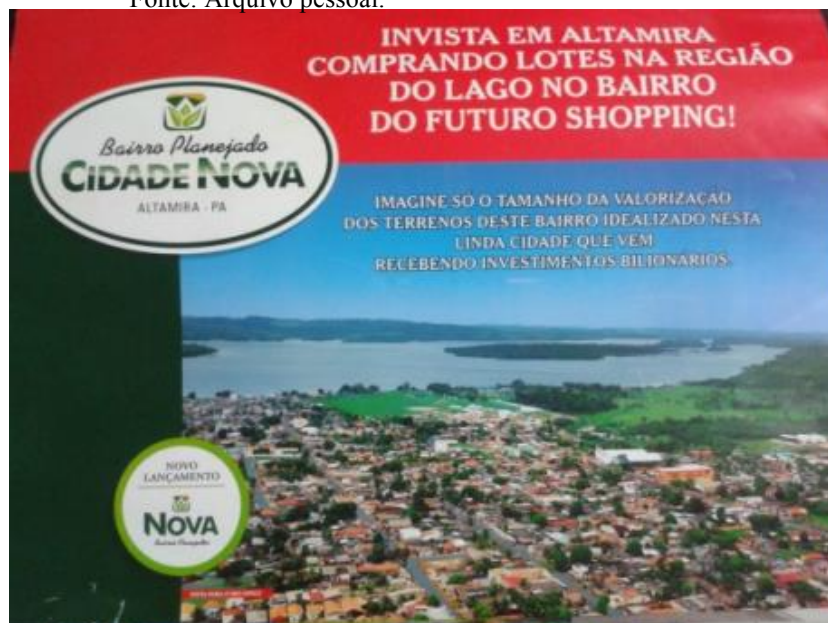


Figura 10

Fonte: arquivo pessoal.

À reboque do aquecimento imobiliário promovido pelo PMCMV, vem ocorrendo o investimento dependente de capital intensivo a partir da entrada de grandes grupos de empresas, movimentando o mercado privado de moradias, especialmente voltadas para o segmento econômico de alto padrão, refletindo diretamente na valorização dos imóveis, alta dos preços e especulação imobiliária (ver figura 11). Processo este que, inclusive, se beneficiou do aumento do perímetro urbano ocorrido em 2010 através da revisão do Plano Diretor Municipal, permitindo maior flexibilização da legislação urbanística de acordo com as necessidades do capital, promovendo a expansão precária da malha urbana.

Fonte: Arquivo pessoal.



Atualmente Altamira conta com a construção de quatro condomínios horizontais de alto padrão, que juntos totalizam mais de 10 mil novos lotes para a cidade. Eles se localizam em áreas mais deslocadas das centralidades, ao longo do eixo da Rod. Transamazônica e da Rod. Ernesto Acioli, onde há oferta de grandes glebas que viabilizam estes tipos de projetos (ver figura 12), e que permitem o rápido acesso ao centro urbano. Observa-se também a proposta da Norte Energia (2011) que compreende um novo traçado para a Rodovia Transamazônica (ver figura 4), externo à malha urbana, que ampliará o banco de terras urbanas da cidade. A chegada desse padrão de urbanização seletiva à Altamira se comporta como um enclave ao crescimento sadio da cidade, visto que impossibilita a formação de uma malha urbana contínua.



Por fim, além da reestruturação na malha urbana, a máquina estatal dos municípios atingidos pela construção de Belo Monte também sofrerá grandes alterações. Isso porque municípios que têm áreas inundadas por empreendimentos hidrelétricos com potencia instalada maior que 30 MW recebem como medida compensatória a chamada Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica, presente na Constituição Federal de 1988, pago anualmente (Brasil, 2009). Por esse motivo, o município de Altamira irá receber 35 milhões de reais de indenização todos os anos, Vitória do Xingu terá sua renda acrescida em quatro vezes a receita anual atual e Brasil Novo, por ser o menos atingido, irá receber apenas 61 mil reais como compensação (ibid, 2009). Contudo, há de se aprofundar os estudos sobre a capacidade de gestão destes municípios, o que, contudo, foge ao escopo deste trabalho.

4. Conclusão

O presente trabalho buscou investigar a ação dos agentes sociais para formação do espaço urbano na Amazônia, adotando como estudo de caso o espaço urbano de Altamira.

Inicialmente, a ação dos agentes não resultou em grandes modificações socioespaciais, pois a produção do espaço baseava-se em regras próprias que mesclavam os interesses da elite e os modos de vida local. A partir da segunda metade do século XX, observou-se que a operação do capital avançou com grande inércia quanto a possíveis correções de curso, negligenciando costumes e modos de vida tradicionais da região. As diferentes linhas de ação dos grandes projetos foram definidas de forma desarticulada, os projetos de natureza agrária foram pensados na escala regional, e desconsideraram a escala municipal seja sob o ponto de vista da gestão territorial, ou da perspectiva socioambiental.

A crença do governo de que atores externos introduziriam práticas economicamente bem sucedidas, levou a décadas de favorecimento da grande empresa capitalista, e à emergência da pecuária e dos latifúndios como estruturadores da ocupação desse território, com controle externo à região.

Décadas depois, o cenário se repete com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, que vinculou a produção do espaço urbano às escalas de capital global,

inserindo na região novas frentes de trabalho, que carregam consigo um ritmo e intensidade de transformações discordantes da realidade local, potencializando problemas sociais, a insuficiência e ineficiência de serviços básicos de saúde e educação, de provisão de moradia, transporte público e infraestrutura, além do aumento da criminalidade e prostituição.

Além disso, soma-se a esse contexto a ação intensiva do capital imobiliário, seja por meio de ações públicas via o PMCMV, seja por conta dos loteamentos de alto padrão que atualmente tomam conta da realidade das médias cidades do interior do estado, e o resultado é a consolidação da malha urbana fragmentada e desestruturada, com a rápida urbanização de áreas rurais que, por meio da flexibilização da legislação brasileira, intensifica o processo de degradação do meio ambiente.

Por fim, ao passo que o estudo de Altamira corrobora a teoria de Bourdieu (1997), em que o planejamento do Estado cria espaços hierarquizados, ele ressalta a necessidade de se rever teorias e, principalmente, pesar sobre a inserção de modelos urbanísticos extrínsecos à realidade amazônica.

Agradecimento

Este artigo é produto da pesquisa “Urbis Amazônia - Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea?” financiada pelo ITV-DS-Instituto Tecnológico Vale-Desenvolvimento Sustentável e pela Fundação Vale.

Referências bibliográficas

Becker, B. K. 1990. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*, Brasília, Editora da UNB.

Botelho, A. 2007. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*, São Paulo, FAPESP.

Bourdieu, P. 1997. *Efeitos do Lugar*, In Bourdieu, P (org.) *Miséria do Mundo*, Petrópolis, Vozes.

Brasil. 2009. *Relatório de Impacto Ambiental – Rima. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte*, Brasília, MME/Eletrobras/Andrade Gutierrez/Camargo Corrêa, ODEBRECHT.

Browder, J. O; Godfrey, B. J. 2006. *Cidades da floresta; urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*, Manaus, EDUA.

Camargo, J. 1973. *Urbanismo Rural*, Brasília, INCRA.

Cardoso, A; Ferreira, J. 2006. *Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?*, Belém, EDUFPA.

Castro, E. 2009. *Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas*. In: Castro, E. (org.). *Cidades na floresta*, São Paulo, Anna Blume.

Corrêa, R. 1999. *O espaço urbano*, São Paulo, Ed. Ática.

Corrêa, R. 2011. *Redes geográfica: reflexões sobre um tema persistente*, São Paulo, Cidades.

Daou, A. 2004. *A Belle Époque amazônica*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

Ferreira, H; Pinto, J. 2006. *Amazônia Brasileira no século XXI: Novas propostas para a superação de antigos desafios?* In Steinberger, M. (org.) *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*, Brasília, Paralelo 15 e LGE Editora.

Hall, A. 1989. *Amazônia – desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC)*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

IBGE. 2008. *Regiões de Influências das Cidades 2007*, Rio de Janeiro, IBGE.

Norte Energia S.A. 2014. *UHE Belo Monte. Plano de Requalificação Urbana – Volume III* [Online]. Disponível: www2.defensoria.pa.gov.br/.../VOL%20III%20TOMO%201%20-%20 [Acesso 23/10/2014].

Norte Energia S.A. 2014. *UHE Belo Monte* [Online]. Brasília, Norte Energia S.A Disponível: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte/> [Acesso 23/10/2014].

Minter/Serfhau. 1972. *Planejamento Urbano e Local e o Desenvolvimento das Faixas Pioneiras*, Brasília, Ministério do Interior/Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Musumeci, L. 1988. *O mito da terra liberta: colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia oriental*, São Paulo, Vértice/Ed. dos Tribunais/ANPOCS.

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. 2013. *Síntese econômica, social e ambiental do município de Altamira*. Belém, disponível em <http://www.idesp.pa.gov.br>

Technum. 2010. *Relatório do Plano Diretor: Vol. II*. In Processo de revisão do Plano Diretor do município de Altamira. Altamira, Technum.

Vicentini, Y. 2004. *Cidade e História na Amazônia*, Curitiba, Editora UFPR.

Weinstein, B. 1993. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência*, São Paulo, Hucitec/Edusp.